



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA - NR 9/2026

Autoria: MARIA APARECIDA ALVES DE ALMEIDA

SANTA HELENA DE GOIAS, GO, 20 de Janeiro de 2026

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de pelo menos um exemplar da Lei Maria da Penha nas escolas e unidades de saúde do Município de Santa Helena de Goiás e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE GOIÁS APROVA E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade da manutenção de, no mínimo, um exemplar da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), em todas as escolas públicas e privadas, bem como nas unidades de saúde públicas e privadas situadas no Município de Santa Helena de Goiás.

Art. 2º O exemplar da Lei Maria da Penha deverá estar disponível em local de fácil acesso e visibilidade ao público, podendo ser apresentado em formato físico ou digital, desde que assegurada a consulta gratuita e imediata.

Art. 3º As instituições mencionadas no art. 1º deverão afixar, em local visível, aviso informando sobre a disponibilidade do exemplar da Lei Maria da Penha para consulta, com o objetivo de promover a conscientização e o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá promover campanhas educativas e orientativas, em parceria com as instituições referidas nesta Lei, visando à divulgação dos direitos assegurados pela Lei Maria da Penha.



Estado de Goiás
CÂMARA MUNICIPAL
SANTA HELENA DE GOIÁS

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o responsável às sanções previstas na legislação municipal vigente, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás, 20 de janeiro de 2026.

MARIA APARECIDA ALVES DE ALMEIDA
(Dr^a Cidinha do Sindicato)

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: <https://shego.legosistemas.com.br/autenticidade>
Hash de Autenticidade: V9R8PUPT-IEOVVELY - Gerado em 20/01/2026 - 10:37:53



JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo ampliar o acesso à informação e fortalecer as ações de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Município de Santa Helena de Goiás.

A Lei Maria da Penha constitui um dos principais instrumentos legais de proteção às mulheres vítimas de violência, sendo fundamental que seu conteúdo seja amplamente divulgado e acessível à população. Escolas e unidades de saúde são espaços estratégicos de orientação, acolhimento e prevenção, desempenhando papel essencial na conscientização social.

Ao garantir a disponibilidade de ao menos um exemplar da referida Lei nesses locais, o Município contribui para a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, além de incentivar a denúncia e a busca por apoio por parte das vítimas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei.

Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás, 20 de janeiro de 2026

MARIA APARECIDA ALVES DE ALMEIDA
(Dr^a Cidinha do Sindicato)